

QUIRINO DOS SANTOS MEALHA

Legislaturas: V, VI, VII.

Data de nascimento

- 1908-07-08

Localidade

- Querença / Loulé / Faro.

Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa.

Profissão

- Magistrado.

Carreira profissional

- Subdelegado do Procurador da República;
- Ajudante de Notário;
- Delegado do INTP e do Comissariado do Desemprego em Beja (1934-1935);
- Juiz do Tribunal de Trabalho de Lisboa.

Perfil político-ideológico

- Corporativista e admirador de Manóiesco.

Carreira político-administrativa

- Administrador do Concelho de Loulé;
- Vice-presidente da Câmara Municipal de Loulé;
- Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Loulé;
- Presidente da FNAT, em cuja qualidade integrou a Câmara Corporativa;
- Presidente da Caixa Regional de Abono de Família em Beja;
- Governador Civil de Beja (1944-1950);
- Chefe dos Serviços de Acção Social do Ministério das Corporações e Previdência Social;
- Presidente da Comissão Coordenadora do Serviço Social e Corporativo e do Trabalho;
- Presidente das Comissões Reorganizadoras das Indústrias de Calçado e Curtumes;
- Membro da Junta de Acção Social;
- Deputado à Assembleia Nacional (III e VIII Legislaturas).

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
V	II – Interesses de ordem cultural (<i>3.ª Subsecção – Educação física e desportos</i>).
VI	II – Interesses de ordem cultural (<i>3.ª Subsecção – Educação física e desportos</i>).
VII	II – Interesses de ordem cultural (<i>3.ª Subsecção – Educação física e desportos</i>).

Pareceres subscritos/relatados [Total: 8]

V Legislatura (1949-1953)

Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.

VI Legislatura (1953-1957) [8]

- 14/VI – Convenção Cultural Luso-Britânica.
- 35/VI – Regulamentação das actividades gimnodesportivas nas províncias ultramarinas.
- 37/VI – Organização e funcionamento dos Institutos de Serviço Social.
- 41/VI – Plano de Formação Social e Corporativa.
- 42/VI – Corporações.
- 50/VI – Federações de Casas do Povo (*Relator*).
- 51/VI – Reforma dos tribunais do trabalho.
- 57/VI – Fomento piscícola nas águas interiores do País.

VII Legislatura (1957-1961)

Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.

